

**Desenvolvimento Adulto,
Envelhecimento e Desenvolvimento
Comunitário: Recomendações da
Ciência Desenvolvimental Aplicada
para Avaliação dos Recursos Ecológicos**

*Adult Development, Aging, and Community Development:
Recommendations from the Applied Developmental
Science for Ecological Resources Assessment*

Diogo Lamela

RESUMO: A avaliação e a intervenção psicossociais para o envelhecimento bem-sucedido têm sustentado a sua eficácia no desenho de programas que facilitem e potenciem a interação otimizada entre o indivíduo e os seus contextos desenvolvimentais. Para o efeito, são necessárias ferramentas conceptuais que permitam orientar a avaliação dos recursos comunitários com vista à intervenção baseada na evidência no envelhecimento na comunidade. Este artigo tem como objectivo apresentar os pressupostos gerais da ciência desenvolvimental aplicada e como tais pressupostos podem ser utilizados na avaliação das potencialidades e recursos comunitários na promoção do desenvolvimento adulto e envelhecimento bem-sucedido.

Palavras-chave: Envelhecimento; Comunidade; Recursos Ecológicos; Desenvolvimento.

ABSTRACT: *The efficacy of the psychosocial assessment and intervention on successful aging is based on programs that promote the optimized person-developmental contexts interaction. To achieve this goal, conceptual tools are needed to guide the assessment of community resources to facilitate aging in place evidence-based practices. The aim of this article was to discuss the global assumptions of the applied developmental science and how these assumptions may be applied in the assessment of community resources and strengths in order to foster adult development and successful aging.*

Keywords: *Aging; Community; Ecological Resources; Development.*

Introdução

Torna-se consensual dentro da ciência desenvolvimental, que o desenvolvimento ótimo ao longo do ciclo de vida é produto da capacidade processual e estrutural dos indivíduos em regular o seu próprio desenvolvimento num contexto multidimensional, complexo e em constante transformação (Brandtstädter, & Rothermund, 2002; Lerner, 1984). Nesta linha paradigmática, a compreensão da dinâmica sistémica das relações entre o indivíduo-contexto revela-se como a unidade de análise do estudo, avaliação e intervenção desenvolvimentais, uma vez que este sistema composto pelo indivíduo e o contexto é a base do comportamento, da regulação e mudança desenvolvimentais (Ford & Lerner, 1992; Thelen & Smith, 1994). Mais concretamente, as teorias dos sistemas desenvolvimentais preconizam que o desenvolvimento humano, operacionalizado como as mudanças consecutivas dentro do sistema desenvolvimental, é produto de transformações nas relações dinâmicas indivíduo ↔ contexto nos diferentes níveis de organização da ontogenia humana.

Por outras palavras, os modelos dos sistemas desenvolvimentais consideram estas mudanças recíprocas *ao longo* dos vários níveis de organização do desenvolvimento como causadas e causadoras das mudanças recíprocas operadas *dentro* dos níveis de organização.

Este pressuposto, uma vez que advoga a interação dinâmica indivíduo-contexto como objecto de estudo da ciência desenvolvimental, descarta, conseqüentemente, a possibilidade de análise e representação unidimensional do fenómeno desenvolvimental, na tradição das teorias clássicas do desenvolvimento.

Lerner (2006) apresentou as seguintes características como definidoras da teoria dos sistemas desenvolvimentais sobre o desenvolvimento humano.

1. Metateoria relacional. Devido à conceptualização da interação dinâmica indivíduo-contexto como a unidade de análise, os sistemas desenvolvimentais rejeitam as tradicionais divisões dos diferentes componentes do desenvolvimento humano (e.g., entre continuidade e descontinuidade; genética-ambiente; estabilidade e instabilidade). Neste sentido, as integrações e sínteses sistémicas substituem as repartições reducionistas e artificiais do sistema desenvolvimental.

2. Integração dos níveis de organização. Em acordo com a característica definidora anterior, os teóricos dos sistemas desenvolvimentais postulam que todos os níveis de organização do desenvolvimento humano estão fundidos ou integrados entre si, o que sugere a impossibilidade de análise exclusiva de cada nível de organização. Nesta perspectiva, tal como não é teoricamente possível analisar autonomamente o indivíduo e o contexto fora do seu sistema relacional, a avaliação isolada de um nível organizacional (e.g., o nível biológico) apresenta diminuída validade ecológica, mesmo que olhando para a relação dinâmica indivíduo-contexto dentro desse nível de organização. Neste sentido, o desenvolvimento humano é a interação produzida pela relação dinâmica entre indivíduo-contexto, operada horizontalmente em cada um dos níveis de organização, que estão integrados verticalmente entre si, influenciando-se mutuamente. Estes níveis de organização variam desde o biológico e fisiológico até ao comunitário, cultural e histórico. Adicionalmente, a combinação das diferentes variáveis dos diferentes níveis de organização produz uma infindável diversidade nas possibilidades de mudança intraindividual, bem como é responsável pelas diferenças interindividuais na mudança intraindividual.

3. *A regulação desenvolvimental é resultado das relações integradas e bidireccionalmente influentes entre o indivíduo-contexto.* A regulação desenvolvimental, em consequência da fusão integrada dos níveis de organização, é produto das relações de mútua influência ao longo dos níveis do sistema desenvolvimental. Mais concretamente, a regulação desenvolvimental bem sucedida é resultado das trocas sustentáveis e mutuamente benéficas entre o indivíduo e o contexto ao longo do ciclo de vida (Lerner, Theokas, & Jelcic, 2005). Estas trocas implicam a síntese integrada das acções do indivíduo no contexto e dos diferentes níveis do contexto no indivíduo. Consequentemente, estas articulações interníveis dentro do sistema desenvolvimental formam, como já referido, a unidade de análise no estudo do desenvolvimento humano, que se apresenta como uma outra característica definidora destes modelos.

4. *Temporalidade e plasticidade relativa no desenvolvimento humano.* Uma vez que o tempo cronológico é assumido como um nível de organização, o sistema desenvolvimental é permeável à mudança relacional através da plasticidade. A plasticidade é definida como a probabilidade de surgir uma mudança no percurso desenvolvimental, em função da variação das condições contextuais. Neste sentido, em consequência da plasticidade do desenvolvimento, a magnitude da mudança intraindividual pode variar de acordo com o tempo, o lugar e o período do ciclo de vida. No entanto, o potencial de mudança sistemática nas relações indivíduo-contexto não é ilimitado, sendo que a regulação desenvolvimental pode promover ou neutralizar as oportunidades para a mudança no sistema relacional.

5. *Optimismo, aplicação da ciência desenvolvimental aplicada e a promoção do desenvolvimento humano positivo.* A potencialidade de mudança sistémica advogada pela plasticidade origina uma legítima análise das características da interacção indivíduo-contexto que contribuem para a promoção do desenvolvimento humano positivo. Por consequência, os dados teóricos e empíricos da ciência desenvolvimental devem ser aplicados à optimização do desenvolvimento humano, através da elaboração de intervenções multinível que fortaleçam os recursos e eliminem os constrangimentos no sistema desenvolvimental, a fim de potenciarem a mudança positiva nos indivíduos e nos contextos.

6. *Multidisciplinaridade e a utilização de metodologias sensíveis à mudança desenvolvimental.* O estudo e a compreensão dos processos de integração vertical dos níveis de organização só são possíveis através da cooperação entre investigadores e/ou interventores de várias disciplinas do saber. Na mesma linha, os *designs* metodológicos de investigação, observação e medida, e as estratégias de análise de dados devem ser, por um lado, sensíveis à mudança desenvolvimental operada pela plasticidade e, por outro lado, capazes de traçar mudanças relacionais integradas nas trajectórias de desenvolvimento, tendo em consideração os múltiplos níveis de organização.

Ciência Desenvolvimental Aplicada

No início da década de 90 do século passado, tomou forma uma nova perspectiva de avaliação e intervenção sobre o desenvolvimento humano, descendente da teoria dos sistemas desenvolvimentais. Esta perspectiva, denominada por *Ciência Desenvolvimental Aplicada* (CDA), está baseada em cinco princípios conceptuais que tornam esta nova abordagem única na optimização do desenvolvimento humano e, mais concretamente (Fisher, & Lerner, 1994; Fisher, *et al.*, 1993; Lerner, Wertlieb, & Jacobs, 2003). Resumidamente, o primeiro princípio da CDA é a introdução da dimensão histórica da mudança nos indivíduos, famílias, comunidades e sociedades, sublinhando que algumas características do sistema desenvolvimental irão manter-se constantes ao longo do tempo, enquanto outras poderão sofrer alterações ao longo e em função do tempo cronológico.

O segundo elemento conceptual da CDA centra-se no pressuposto que as intervenções têm como finalidade provocar mudanças intra-individuais e, desta forma, modificar as trajectórias de desenvolvimento dos indivíduos. Mais concretamente, esta segunda componente preconiza que é essencial mapear, sequenciar e tomar em consideração a diversidade das diferenças interindividuais e as mudanças intraindividuais na descrição e predição do fenómeno desenvolvimental e no planeamento da avaliação contextual que sustenta a construção de intervenções promotoras do desenvolvimento humano.

A terceira característica sublinha a importância do contexto desenvolvimental.

Legitimando os pressupostos da teoria dos sistemas desenvolvimentais, a CDA enfatiza as articulações entre os níveis de organização da ecologia do desenvolvimento humano (e.g., biologia, família, comunidade, instituições públicas, culturais e políticas da sociedade). Consequentemente, e considerando a influência mútua entre os diferentes níveis do sistema desenvolvimental, a CDA defende que os cientistas e os profissionais devem desenvolver abordagens e metodologias também elas sistémicas e sistemáticas na investigação, na avaliação e implementação de programas e políticas de optimização do desenvolvimento.

A quarta componente enfatiza, por um lado, o foco da CDA nos processos desenvolvimentais normativos e, por outro lado, a prevenção primária e a promoção desenvolvimental como os métodos preferenciais de intervenção. Neste sentido, a investigação deve ser orientada para a identificação e compreensão dos processos desenvolvimentais saudáveis, dos recursos e forças dos indivíduos, famílias e comunidades ao invés dos seus défices, problemas, sintomas e fraquezas. Apesar de não negar a necessidade da intervenção remediativa para reduzir ou prevenir tais problemas, a CDA preconiza a relativa plasticidade do desenvolvimento. Consequentemente, os défices devem ser lidos apenas como um dos resultados das relações entre indivíduo-contexto.

Finalmente, o quinto e último princípio da CDA centra-se da relação indissociável e bidireccional entre a produção e a aplicação do conhecimento científico. Mais concretamente, a cooperação e co-aprendizagem entre os investigadores/interventores e as comunidades em total horizontalidade colaborativa são as impulsionadoras da intervenção na optimização do desenvolvimento. Por outras palavras, a CDA apresenta um papel de mediação entre a investigação científica produzida nas academias e a sua aplicação nos contextos comunitários e sociais.

Na mesma linha de argumentação, Sherrod, Busch-Rossnagel e Fisher (2003) sumariaram as cinco áreas de actividade da CDA: (a) testar a validade e fidedignidade dos mapas teóricos da ciência desenvolvimental e das práticas e técnicas profissionais quando aplicadas aos contextos reais; (b) pesquisar as causas, consequências e correlatos dos problemas comunitários e sociais; (c) desenvolver, aplicar, analisar e interpretar métodos de avaliação desenvolvimental e culturalmente válidos a fim de reconhecer os factores protectores e as vulnerabilidades dos indivíduos em risco

desenvolvimental e social; (d) construir, implementar e avaliar intervenções de prevenção e promoção desenvolvimental; e (e) difundir o conhecimento sobre os processos de desenvolvimento a técnicos profissionais e a instituições que têm como missão auxiliar os indivíduos, famílias e comunidades.

Devido aos seus princípios orientadores, a CDA emerge, desta forma, como uma operacionalização das teorias dos sistemas desenvolvimentais com a finalidade de aplicação da ciência desenvolvimental na promoção do desenvolvimento positivo ao longo do ciclo de vida (Lerner, Fisher, & Weinberg, 2000). De acordo com Lerner e colaboradores (2000), a CDA contribui para a aplicação do conhecimento científico sobre as mudanças sistemáticas que ocorrem dentro e entre os níveis de organização do desenvolvimento durante todo o ciclo de vida e também para a elaboração de programas de intervenção teoricamente sustentados e empiricamente testados.

Avaliação dos Recursos Ecológicos

O processo de intervenção social é constituído por uma sequência encadeada de tarefas técnicas. A investigação tem demonstrado que o tamanho do efeito da eficácia das acções interventivas na comunidade é predito pelo processo de planificação e avaliação das necessidades e recursos presentes na comunidade. Neste sentido, a avaliação comunitária permite desencadear o processo de aquisição, refinação, coordenação e aplicação de medidas ou recursos orientados para objectivos de intervenção.

A avaliação comunitária dentro do modelo dos sistemas desenvolvimentais apresenta características distintas da avaliação comunitária inscrita, por exemplo, nos modelos sociais comunitários críticos e nos modelos biomédicos de prevenção e promoção da saúde, uma vez que se focaliza nos elementos nucleares da ecologia social que potenciam o desenvolvimento humano positivo. Neste pressuposto, existem diferentes níveis de organização dentro da ecologia social que contribuem para o desenvolvimento.

Sem anular a premissa nuclear que o desenvolvimento humano é a interação dinâmica entre o indivíduo-contexto – que, por sua vez, compõe o sistema desenvolvimental – alguns autores têm defendido a introdução de modelos de avaliação comunitária que avaliem, por um lado, o impacto dos diferentes níveis do contexto social nos resultados desenvolvimentais de cada indivíduo e, por outro lado, os mecanismos pelos quais os indivíduos operam e transformam os seus contextos de desenvolvimento (Benson, 2002; Lerner, Anderson, Balsano, Dowling, & Bobek, 2003; Lerner, Ralston, Mullis, Simerly, & Murray, 2000; Sherrod, Busch-Rossnagel, & Fisher, 2003). Devido a esta linha epistemológica, o termo de avaliação comunitária tem sido substituído por *avaliação dos recursos ecológicos* (ARE), terminologia que passaremos a utilizar (Theokas, & Lerner, 2006).

A ARE sustentada nos princípios dos sistemas desenvolvimentais e da ciência desenvolvimental aplicada tem dois objectivos. O primeiro objectivo da avaliação é conceptualizar e medir as diferentes características observáveis e qualitativa e quantitativamente medíveis da ecologia social com vista a enumerar e explicar os efeitos directos e indirectos da ecologia nos resultados desenvolvimentais adaptativos e de risco dos indivíduos; por outras palavras, os interventores devem partir do pressuposto que as pessoas têm maior probabilidade de se desenvolver positivamente quando existe uma ajustada correspondência entre as suas necessidades desenvolvimentais e os recursos existentes nos múltiplos níveis da ecologia social (Benson, 2002; Lerner, 2002; Theokas, & Lerner, 2006).

O segundo objectivo é sistematizar os esforços actuais do(s) indivíduo(s) de capacitação e de intervenção na comunidade, assim como, mapear os recursos existentes ou latentes na ecologia social comum a um conjunto de indivíduos que podem alterar positivamente a trajectória desenvolvimental de cada um dos indivíduos (Lerner, *et al.*, 2005); mais concretamente, pressupõe-se que quantos mais recursos ecológicos forem mantidos, criados e melhorados, maior a probabilidade dos indivíduos apresentarem resultados desenvolvimentais positivos (Lerner, 2002; Lerner, & Overton, 2008).

Características da ecologia social: Categorização e avaliação

Theokas e Lerner (2006) apresentaram um modelo de categorização operacionalizada da ecologia social que nos parece de grande relevância para a gerontologia social aplicada. Este modelo especifica quais as condições contextuais para o desenvolvimento humano positivo. O modelo conceptualiza quatro tipos de recursos que podem ser gerados dentro do indivíduo, no contexto físico e na dinâmica indivíduo-contexto. Estas quatro categorias de recursos ecológicos, que descreveremos de seguida, têm como finalidade calcular e organizar os recursos e as oportunidades actuais e latentes no ambiente dos indivíduos. As categorias representam as áreas de potencial intervenção e interacção entre os indivíduos e os recursos ecológicos.

O primeiro recurso ecológico a ser avaliado são os recursos humanos dentro da comunidade, sendo a unidade de análise o comportamento de todos os indivíduos da comunidade no ambiente físico e relacional. Os recursos humanos são definidos pelas forças, capacidades, talentos e competências que as pessoas demonstram em função dos papéis sociais que desempenham. Neste sentido, os interventores no envelhecimento que utilizem este modelo de avaliação comunitária, devem examinar as características, actividades e comportamentos dos indivíduos da comunidade com duas finalidades: em primeiro, recolher informações demográficas dos membros da comunidade e, em segundo, compreender quais as normas sociais que regulam o contexto avaliado, uma vez que as características, actividades e comportamento dos indivíduos ocorrem em função das normas sociais da sua ecologia. Por exemplo, os indivíduos podem apresentar crenças e comportamentos que são regulados socialmente ou podem espelhar comportamentos de descomprometimento e desajustamento social e cívico (e.g., altas taxas de abuso e negligência a idosos; elevadas taxas de abstenção nas eleições).

A segunda dimensão dos recursos ecológicos a ser avaliada na ARE são os recursos físicos e institucionais presentes no ambiente social. A avaliação destes recursos deve ter como finalidade, por um lado, substanciar todas as oportunidades para aprendizagem, lazer e de envolvimento social e cívico proporcionadas pelo ambiente físico próximo dos idosos e, por outro lado, compreender como estas oportunidades contribuem para o estabelecimento de rotinas sociais para os idosos.

Os autores levantam a hipótese que a proximidade aos recursos sociais aumenta a consciência, oportunidade e a probabilidade de envolvimento e utilização, aumentando as possibilidades dos idosos estarem expostos a experiências desenvolvimentalmente positivas. Por exemplo, os interventores devem avaliar a presença de centros-dia, parques ou bibliotecas, e se estes equipamentos estão a uma distância possível de ser feita a pé, ou se estão na rota dos transportes públicos, ou se existe disponível transporte municipal, uma vez que estas acessibilidades aumentam as taxas de utilização e, por consequência, potencializam benefícios a curto, médio e longo-prazo para a população. Nesta linha, e segundo a premissa da interacção indivíduo-contexto, o simples mapeamento dos serviços existentes, sem documentar os meios de acessibilidade que potencie a sua utilização, apresenta uma reduzida utilidade ecológica. Neste sentido, e ainda de acordo com esta segunda dimensão dos recursos ecológicos, os interventores deverão também avaliar locais que, após sujeitos a intervenção, podem no futuro apresentarem-se como um recurso físico para o desenvolvimento positivo dos idosos, além de examinar a exequibilidade da introdução de novos meios de transporte ou até mesmo a mudança de local dos serviços existentes, a fim de permitir a sua utilização por todos os membros da comunidade.

O terceiro recurso ecológico a ser avaliado é a actividade colectiva. A avaliação deste recurso tem como finalidade fazer o levantamento sobre o envolvimento e o compromisso recíproco entre os membros individuais e grupais da comunidade, tais como as famílias, técnicos, os idosos, os serviços e as instituições da sociedade. Segundo Theokas e Lerner (2006), os grupos e organizações, bem como as suas actividades recíprocas, reflectem os esforços e comportamentos combinados de diferentes conjuntos de pessoas com a finalidade última de promover a sustentabilidade comunitária. Desta forma, documentar as relações mantidas entre as pessoas, quer ao nível da cidadania, quer ao nível das actividades partilhadas em grupos mais restritos dentro da comunidade (e.g., família), permite compreender os laços sociais estabelecidos entre os membros da comunidade. O envolvimento colectivo surge, desta forma, como um importante recurso ecológico para a promoção do desenvolvimento positivo. De uma forma mais concreta, o interventor deve avaliar o capital social (Coleman, 1988) e a eficácia colectiva (Sampson, 2001) como indicadores da actividade colectiva.

Segundo os autores do modelo de ARE, o capital social é o produto do potencial dos recursos disponíveis nas redes sociais, enquanto a eficácia colectiva reflecte a activação destas redes para objectivos específicos (Theokas, & Lerner, 2006). O levantamento das redes sociais e a sua proactividade na mobilização para objectivos específicos têm sido associados aos resultados desenvolvimentais dos membros das comunidades, pelo que sua documentação permite aos profissionais desenhar acções interventivas que mantenham ou promovam a vida associativa nos contextos-chave para o desenvolvimento dentro da comunidade (Theokas, *et al.*, 2005).

O quarto recurso ecológico social a avaliar na ARE é a acessibilidade. Esta categoria ecológica tem como objectivo captar a dinâmica entre os indivíduos e os contextos. Mais concretamente, os interventores deverão avaliar a capacidade dos residentes tirarem partido dos recursos humanos e das oportunidades providenciadas pelo contexto físico. Theokas e Lerner (2006) argumentam que a acessibilidade pode ser operacionalizada e avaliada em três níveis. O primeiro nível documenta a facilidade de acesso aos recursos comunitários, como, por exemplo, a rede de transportes públicos e as horas de funcionamento dos serviços públicos, culturais e comerciais. O segundo nível avalia a possibilidade dos idosos interagir com membros da comunidade de outras faixas etárias, sendo operacionalizada na facilidade de acesso dos idosos aos recursos humanos da comunidade, desde familiares, vizinhos, técnicos, ex-colegas profissionais ou líderes comunitários e políticos. Por fim, o terceiro nível de avaliação diz respeito à segurança real e percebida do ambiente físico, mais concretamente, o quão seguro e livre de ameaças (e.g., crime) é o ambiente, bem como o quão promotor e responsável é o ambiente pelo cuidado efectivo e pela manutenção da ecologia de cada um dos indivíduos da comunidade. Tal avaliação pode ser desenvolvida pela recolha, por exemplo, de indicadores sociais, tais como a tipologia das políticas de assistência social implementadas na comunidade ou a qualidade e prontidão da activação das redes informais de cuidado.

Em síntese, o modelo de avaliação dos recursos da ecologia social proposto por Theokas e Lerner (2006) apresenta-se aos interventores como um mapa de integração teórica e metodológica que permite medir, modelar e analisar as mudanças nos indivíduos e nos contextos da ecologia social.

Nesta linha, apresentamos um conjunto de orientações para a condução de uma ARE, de acordo com os princípios conceptuais e teóricos do modelo dos sistemas desenvolvimentais e da ciência desenvolvimental aplicada.

Recomendações e métodos de avaliação dos recursos ecológicos

A avaliação dos recursos ecológicos dentro da perspectiva da ciência desenvolvimental aplicada requer que o interventor exiba um conjunto de competências técnicas. Fisher, *et al.* (1993), no documento de fundação da CDA, condensaram quatro competências que os profissionais que desenvolvam qualquer acção de avaliação ou de intervenção sustentada na CDA devem apresentar. No nosso parecer, estas competências funcionam como competências globais requeridas para a condução de uma avaliação dos recursos ecológicos, tal como descrita neste artigo. Primeiramente, os interventores no envelhecimento devem demonstrar conhecimento especializado nas teorias e sistemas desenvolvimentais e nos processos e resultados biopsicossociais normativos e desajustados do desenvolvimento nos diferentes períodos do ciclo de vida. Em segundo, os interventores devem estar dotados de um vasto conhecimento aplicado sobre técnicas quantitativas e qualitativas que permitam recolher, codificar, analisar e interpretar os resultados obtidos de instrumentos de avaliação desenvolvimental. Ao mesmo tempo, devem, igualmente, estar munidos de conhecimentos técnico-científicos sobre métodos de avaliação de recursos e fragilidades e de planeamento, execução e avaliação de programas de intervenção desenvolvimental. Finalmente, a quarta competência que os interventores no envelhecimento devem manifestar é um profundo conhecimento ético, legal e das políticas sociais públicas como uma mais-valia para a optimização da eficácia das avaliações e intervenções desenvolvimentais junto dos indivíduos, famílias e comunidades.

Para além destas competências globais oferecidas pela CDA, apresentamos, de igual forma, sete recomendações que nos parecem de importância acrescida para a condução de um projecto de avaliação dos recursos ecológicos sociais no âmbito da promoção do desenvolvimento humano bem-sucedido.

Primeiramente, a ARE deve ser orientada por quesitos avaliativos previamente formulados.

Por outras palavras, a ARE tem como finalidade cobrir, com informação metodologicamente recolhida e analisada, lacunas de conhecimento sobre a comunidade, os indivíduos e sobre a interacção entre indivíduo-contexto. A principal finalidade da ARE é, por consequência, a criação de um quadro conceptual específico à comunidade avaliada para o fenómeno desenvolvimental que será alvo de intervenção (Sherrod et al., 2003). A implementação de um projecto de avaliação dos recursos ecológicos é dispendiosa em termos de recursos humanos e financeiros, pelo que deve ser desenvolvida para dar resposta a perguntas específicas sobre recursos específicos, sendo cumpridos, desta forma, os critérios da utilidade e propósito da avaliação. Neste sentido, o planeamento da ARE assemelha-se ao planeamento de um projecto de investigação (Lerner, 2002). Analogamente, a ARE deve, portanto, ser levada a cabo após o estabelecimento de quesitos operacionalizados. A mera recolha de informação sem um enquadramento teórico prévio, e omissa quanto aos seus objectivos e utilidade, constitui, segundo os princípios da CDA, uma avaliação comunitária sem validade e fiabilidade científica e técnica.

Como segunda recomendação, surge a necessidade teórica dos interventores avaliarem sempre as quatro categorias dos recursos ecológicos anteriormente descritas, uma vez que estas categorias operacionalizam as características definidoras dos sistemas desenvolvimentais e CDA na avaliação da ecologia social. A recolha de informação sobre estas quatro categorias deve ser obtida através da avaliação das percepções dos indivíduos acerca dos recursos ecológicos actuais e latentes e também através da observação directa dos recursos ecológicos por parte dos interventores. Esta combinação de dados permite captar a interacção dinâmica dentro do sistema desenvolvimental, uma vez que possibilita a avaliação da relação entre a existência efectiva de recursos físicos e humanos na comunidade e o sentimento de acessibilidade a esses mesmos recursos por parte dos idosos. O desenvolvimento humano positivo é produto da real interacção entre indivíduo-contexto, o que pode ser reflectido na avaliação dos recursos ecológicos como produto da correspondência entre as percepções dos indivíduos sobre os recursos ecológicos e os recursos ecológicos efectivamente presentes (Jelicic, Theokas, Phelps, & Lerner, 2007; Theokas & Lerner, 2006).

Associada a esta recomendação, como terceira orientação defendemos que a metodologia utilizada na avaliação da ecologia social deve prever e incluir a triangulação de múltiplos dados obtidos pela maior diversidade de tipologias de instrumentos de avaliação possível (e.g., dados estatísticos, observações comportamentais, entrevistas, instrumentos de autorelato). Adicionalmente, abordagens quantitativas e qualitativas devem ser utilizadas a fim de compreender e integrar variáveis avaliadas em representação dos diferentes níveis de organização da ecologia social do sistema desenvolvimental.

Uma vez que a elaboração de um plano de ARE requer a combinação de múltiplos construtos e múltiplos métodos de avaliação, consideramos que a metodologia de matriz multitraço-multimétodo de Campbell e Fiske (1959) deve ser adotada para obtenção de uma avaliação com validade convergente e discriminante; a implementação desta metodologia – ou de outras estatisticamente similares – permitirá aumentar a validade da triangulação dos resultados, uma que vez testa se diferentes medidas do mesmo construto se correlacionam mais fortemente entre si do que com medidas de diferentes construtos, quer utilizando os mesmos ou diferentes métodos (John, & Benet-Martinez, 2000).

Como quarta recomendação, defendemos que todos os métodos de medida, independentemente da sua origem conceptual e teórica, são válidos e potencialmente utilizáveis na ARE, desde que respeitem os princípios teóricos dos modelos dos sistemas desenvolvimentais e da ciência desenvolvimental aplicada. Neste sentido, o reportório de medidas seleccionado deve permitir captar a interacção indivíduo-contexto e ser sensível à mudança intraindividual e à diversidade das trajectórias desenvolvimentais.

Mais especificamente, com vista a reflectir a riqueza e as capacidades advindas da diversidade entre os seres humanos, os métodos de avaliação devem ser sensíveis quer à diversidade das variáveis do indivíduo (e.g., etnicidade, religião, educação, estatuto profissional, orientação sexual e nível desenvolvimental), quer à diversidade dos níveis da ecologia social (e.g., tipo de família, tipo de residência, características físicas do bairro, políticas públicas e o momento histórico).

Por consequência, os procedimentos de recolha e análise de dados devem permitir compreender a forma e a trajetória das mudanças que agreguem múltiplas variáveis de dois ou mais níveis de organização da ecologia social (Jelicic, *et al.*, 2007; Lerner, 2003; Theokas, & Lerner, 2005). Como quinta recomendação foca-se na validade ecológica da avaliação.

Os interventores sociais devem ser conhecedores que uma metodologia de avaliação não é válida por si própria, sendo que a validade é obtida em função da adequada utilização dessa avaliação; neste sentido, a ARE assume que o avaliador está capacitado e certificado para administrar, cotar e interpretar correctamente os dados obtidos pelo instrumento utilizado, bem como administra medidas social e culturalmente equivalentes nos diferentes grupos avaliados (Busch-Rossnagel, 2002; Lerner, *et al.*, 2003). Apesar de respeitar os *standards* para a aplicação e interpretação das medidas de avaliação, os interventores deverão centrar a sua lente avaliativa na forma como os indivíduos operam no contexto e como tais operações cooperam para as relações de plasticidade desenvolvimental, movendo, por consequência, o seu interesse da avaliação centrada na variável – característico das abordagens tradicionais da avaliação comunitária – para a avaliação centrada na pessoa e na interacção pessoa-contexto (Jelicic, *et al.*, 2007; Magnusson, & Stattin, 2006; Overton, 2006, 2007).

A partir dos princípios da CDA, realça-se a multidisciplinaridade da avaliação, enquanto sexta recomendação para ARE. Como desenvolvido ao longo deste artigo, o fenómeno desenvolvimental é complexo e constituído por diferentes níveis de organização, desde a biologia, passando pelos processos psicológicos, até aos processos sociais, societais, valorativos e históricos. Por consequência, a avaliação do desenvolvimento humano está dependente da conjugação e aplicação das diferentes disciplinas científicas, bem como das suas metodologias específicas e características. Nesse sentido, uma avaliação eficaz é promovida através da criação de equipas multidisciplinares que optimizam a documentação das características do fenómeno desenvolvimental, tendo como objectivo captar os processos de interacção indivíduo-contexto. Uma outra vantagem das equipas multidisciplinares diz respeito à mais-valia metodológica, uma vez que cada disciplina científica apresenta um conjunto de metodologias de investigação/avaliação que são distintas das restantes disciplinas, o que contribui para a diversificação dos dados obtidos, possibilitando a triangulação dos dados e o aumento da validade dos resultados da ARE.

Todavia, este conhecimento resultante das diferentes disciplinas científicas para ser considerado multidisciplinar deve ser conduzido de uma forma integrada, a fim de reflectir a fusão dos diferentes níveis de organização desenvolvimental (Lerner, 2002).

Finalmente, a nossa última recomendação centra-se nos papéis do interventor e dos participantes no processo avaliativo.

De acordo com os princípios da CDA, a avaliação e a intervenção na optimização do desenvolvimento humano são um processo comunicacional bidireccional, em que o interventor e os participantes devem apresentar equivalência relacional na tomada de decisão sobre a condução da ARE, numa real horizontalidade colaborativa (Lerner, *et al.*, 2003). Mais concretamente, a decisão sobre a necessidade de se desenvolver uma avaliação de recursos ecológicos, sobre os objectivos dessa avaliação, os métodos seleccionados, a planificação da calendarização da avaliação e a determinação da validade e da utilidade da informação recolhida é um processo de co-decisão entre os interventores, detentores do conhecimento científico, e os membros da comunidade e seus representantes, detentores do conhecimento real sobre as características idiossincráticas do seu desenvolvimento (Fisher, *et al.*, 1993; Lerner, *et al.*, 2003). Neste sentido, na avaliação dos recursos ecológicos, os membros da comunidade não assumem uma postura passiva de sujeitos-alvo de uma examinação, mas, pelo contrário, devem assumir um papel proactivo no estabelecimento dos objectivos e dos métodos de avaliação e análise da informação recolhida (Lerner, 2002; Sherrod, *et al.*, 2003). Na mesma linha de argumentação, os membros da comunidade são parceiros na tomada de decisão sobre a relevância da implementação de projectos de intervenção com vista à promoção do desenvolvimento positivo, sendo que os interventores deverão activamente fomentar a participação da comunidade.

Referências

Benson, P. (2002). Adolescent development in social and community context: A program of research. *New Directions for Youth Development*, 95, 123-147.

- Busch-Rossnagel, N. (2002). Creating culturally sensitive and community-sensitive measures of development. In: A. Higgins-D'Alessandro, & K. Jankowski (Eds.), *Science for Society: Informing Policy and Practice through Research in Developmental Psychology. New Directions for Child and Adolescent Development*, Number 98, 57-65). San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Brandtstädter, J., & Rothermund, K. (2002). The life-course dynamics of goal pursuit and goal adjustment: A two-process framework. *Developmental Review*, 22, 117-150.
- Campbell, D., & Fiske, D. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. *Psychological Bulletin*, 56, 81-105.
- Coleman, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, S95-S120.
- Fisher, C., & Lerner, R. (1994). Foundations of applied developmental science. In: C. Fisher & R. Lerner (Eds.), *Applied developmental psychology*, 3-20. New York: McGraw-Hill.
- Fisher, C., Murray, J., Dill, J., Hagen, J., Hogan, M., Lerner, R., et al. (1993). Report of the National Conference on Graduate Education in the Applications of Developmental Science Across the Life-Span. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 14, 1-10.
- Ford, D.H., & Lerner, R.M. (1992). *Developmental systems theory: An integrative approach*. Newbury Park, CA: Sage.
- Jelicic, H., Theokas, C., Phelps, E., & Lerner, R. (2007). Conceptualizing and measuring the context within person ↔ context models of human development: Implications for theory, research and application. In: T. Little, J. Bovaird, & N. Card (Eds.). *Modeling contextual effects in longitudinal studies* (437-456). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kretzman, J. (2010). Asset-based strategies for building resilient communities. In: J. Reich, A. Zautra, & J. Hall (Eds.), *Handbook of Adult Resilienc*, 484-494. New York: Guilford.
- John, O., & Benet-Martínez, V. (2000). Measurement, scale construction, and reliability. In: H. Reis, & C. Judd (Eds.), *Handbook of research methods in social and personality psychology* (pp. 339-369). New York, NY: Cambridge University Press.
- Lerner, R. (1984). *On the nature of human plasticity*. New York: Cambridge University Press.
- Lerner, R. (2002). *Concepts and theories of human development*. (3rd ed.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Lerner, R. (2003). Developmental assets and asset-building communities: A view of the issues. In: Lerner, R., & Benson, P. (Eds.), *Developmental assets and asset-building communities: Implications for research, policy, and practice*, 3-18. Boston, MA: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Lerner, R. (2006). Developmental science, developmental systems, and contemporary theories of human development. In: Lerner, R.M. (Ed.). *Theoretical models of human development*. Volume 1 of *Handbook of Child Psychology* (6th ed.), 1- 17. Editors-in-chief: W. Damon & R. M. Lerner. Hoboken, NJ: Wiley.

- Lerner, R., Anderson, P., Balsano, A., Dowling, E., & Bobek, D. (2003). Applied developmental science of positive human development. In: R. Lerner, M. Easterbrooks, & J. Mistry. (Eds.), *Handbook of psychology: Vol. 6. Developmental psychology* (pp. 535-558). Editor in chief: I. B. Weiner. Hoboken, NJ: Wiley.
- Lerner, R., Fisher, C., & Weinberg, R. A. (2000). Toward a science for and of the people: Promoting civil society through the application of developmental science. *Child Development, 71*, 11-20.
- Lerner, R., Jacobs, F., & Wertlieb, D. (Eds.). (2003). *Applying developmental science for youth and families: Historical and theoretical foundations*. Volume 1 of *Handbook of applied developmental science: Promoting positive child, adolescent, and family development through research, policies, and programs*. Editors: Richard Lerner, Francine Jacobs, and Donald Wertlieb. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Lerner, R., Ralston, P., Mullis, A., Simerly, C., & Murray, J. (2000). Training human development professionals in public policy and community collaboration: A view of the issues. In: P. A. Ralston, R. Lerner, A. K. Mullis, C. B. Simerly, & J. P. Murray (Eds.), *Social change, public policy, and community collaborations: Training human development professionals for the twenty-first century*, 1-10. Boston, MA: Kluwer.
- Lerner, R., & Overton, W. (2008). Exemplifying the integrations of the relational developmental system: Synthesizing theory, research, and application to promote positive development and social justice. *Journal of Adolescent Research, 23*, 245-255.
- Lerner, R., Theokas, C., & Jelicic, H. (2005). Youth as active agents in their own positive development: A developmental systems perspective. In: Greve, W., Rothermund, K., & Wentura, D. (Eds.). *The adaptive self: Personal continuity and intentional self-development*, 31-47. Göttingen, Germany: Hogrefe & Huber Publishers.
- Lerner, R., Wertlieb, D., & Jacobs, F. (2003). Historical and theoretical bases of applied developmental science. In: R. Lerner, F. Jacobs, & D. Wertlieb (Eds.), *Handbook of Applied Developmental Science: Promoting positive child, adolescent, and family development through research, policies, and programs: Vol. 1. Applying developmental science for youth and families: Historical and theoretical foundations*, 1-28. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Magnusson, D., & Stattin, H. (2006). The person in context: A holistic-interactionistic approach. In: R. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology, Volume one: Theoretical models of human development* (6th ed., 400-464). Hoboken, NJ: Wiley.
- Martins, C., & Machado, C. (2006). Observação da interação humana: Considerações metodológicas. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 11*, 159-176.
- Overton, W. (2006). Developmental psychology: Philosophy, concepts, methodology. In: R. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology, Volume one: Theoretical models of human development* (6th ed., 18-88). Hoboken, NJ: Wiley.
- Overton, W. (2007). A coherent metatheory for dynamic systems: Relational organicism-contextualism. *Human Development, 50*, 154-159.
- Sampson, R. (2001). Crime and public safety: Insights from community-level perspectives on social capital. In: S. Saegert, J. P. Thompson, & M. R. Warren (Eds.), *Social capital and poor communities*, 89-114. New York: Russell Sage.

Sherrod, L., Busch-Rossnagel, N., & Fisher, C. (2003). Applying developmental science: Methods, visions, and values. *In: R. Lerner, & L. Steinberg (Eds.), Handbook of Adolescent Psychology, 747-780.* Hoboken, NJ: Wiley.

Thelen, E., & Smith, L.B. (1994). *A dynamics systems approach to the development of perception and action.* Boston, MA: MIT Press.

Theokas, C., Almerigi, J., Lerner, R., Dowling, E., Benson, P., Scales, P., & von Eye, A. (2005). Conceptualizing and modeling individual and ecological asset components of thriving in early adolescence. *Journal of Early Adolescence, 25, 113-143.*

Theokas, C., & Lerner, R. (2005). Promoting positive youth development across variations in socioeconomic status: Framing the structural equation modeling approach within a developmental systems perspective. *In: A. Acock, K. Allen, V. L. Bengtson, D. Klein, & P. Dilworth-Anderson. (Eds.). Sourcebook of family theory and research, 488-492.* Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Theokas, C., & Lerner, R. (2006). Observed ecological assets in families, schools, and neighborhoods: Conceptualization, measurement, and relations with positive and negative developmental outcomes. *Applied Developmental Science, 10, 61-74.*

Recebido em 22/06/2015

Aceito em 25/09/2015

Diogo Lamela - Doutor em Psicologia pela Universidade do Minho, Portugal. Professor Auxiliar na Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto da Universidade Lusófona do Porto.

E-mail: p4873@ulp.pt